

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS UFRJ-MACAÉ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

MARIANA DO ESPÍRITO SANTO PINHEIRO

Avaliação da (in)segurança alimentar e nutricional na
população Norte Fluminense durante a pandemia da Covid-19

MACAÉ
2021

MARIANA DO ESPÍRITO SANTO PINHEIRO

Avaliação da (in)segurança alimentar e nutricional na
população Norte Fluminense durante a pandemia da Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Graduação em Nutrição da
Universidade Federal do Rio de Janeiro -
Macaé, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do grau de bacharel em Nutrição.

Orientadora

Prof.^a Dr.^a. Naiara Sperandio

Co-Orientação

Prof.^a Dr.^a. Laiz Aparecida Azevedo Silva

MACAÉ

2021

CIP - Catalogação na Publicação

P654

Pinheiro, Mariana do Espírito Santo

Avaliação da (in) segurança alimentar e nutricional na população Norte Fluminense durante a pandemia da Covid-19 / Mariana do Espírito Santo Pinheiro. -- Macaé, 2021. 42 f.

Orientadora: Naiara Sperandio.

Coorientadora: Laiz Aparecida Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé Professor Aloisio Teixeira, Bacharel em Nutrição, 2021.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Covid-19. 3. Norte Fluminense (RJ). 4. Saúde Coletiva. I. Sperandio, Naiara orient. II. Silva, Laiz Aparecida coorient. III. Título.

CDD 613

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Campus UFRJ-Macaé Professor Aloisio Teixeira
Bibliotecário Anderson dos Santos Guarino CRB7 – 5280

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana do Espírito Santo Pinheiro

Avaliação da in(segurança) alimentar e nutricional na população Norte Fluminense durante a pandemia da Covid-19". A referida defesa consta como um

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Campus UFRJ-Macaé, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau em bacharel em Nutrição.

Aprovado em: 04/03/2021.

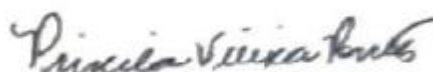
BANCA AVALIADORA



Naiara Sperandio (Orientadora)
<http://lattes.cnpq.br/4829264914612277>



Laiz Aparecida Azevedo Silva (Coorientadora)
<http://lattes.cnpq.br/3650820658750269>



Priscila Vieira Pontes (Banca Examinadora)
<http://lattes.cnpq.br/9310708354193009>



Luana Silva Monteiro (Banca Examinadora)
<http://lattes.cnpq.br/5232488518757449>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade de conviver e estudar com pessoas maravilhosas que me acompanharam durante toda a jornada acadêmica. À Universidade e seu corpo docente por oferecer um curso excelente e pelos ensinamentos passados que sempre serão lembrados. Toda gratidão a minha mãe, por me apoiar, incentivar minhas escolhas e principalmente por me proporcionar uma educação baseada em valores. Aos meus avós que sempre acreditaram no meu potencial, sempre presentes me incentivando com uma palavra amiga. À Mariana por todo suporte emocional, carinho e parceria. À Luiza por todo carinho e esforço dedicado a mim e por sempre me encorajar a realizar meus sonhos. Aos meus irmãos, primos e amigos agradeço pelas palavras de encorajamento, apoio, e puxões de orelhas, vocês são essenciais. Um especial agradecimento à minha orientadora e coorientadora, sempre dispostas a me auxiliar durante o processo de elaboração do trabalho e por confiarem no meu desempenho.

RESUMO

PINHEIRO, Mariana. AVALIAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA POPULAÇÃO NORTE FLUMINENSE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. Macaé – Rio de Janeiro, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Nutrição, Campus UFRJ-Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A Covid-19, doença causada pelo coronavírus (SARS-Cov-2), gerou muitos impactos na população mundial. Neste momento de crise sanitária, o distanciamento social tornou-se fundamental para conter o vírus em muitos países, no entanto, países como Brasil, onde a desigualdade social é expressiva, especialmente as famílias de baixa renda, resistem a condições precárias de acesso à água, alimentos e saneamento básico. Com isso, a rotina e conseqüentemente o consumo alimentar de muitas pessoas foram afetados devido ao trabalho remoto e a maior permanência em casa. Dessa forma, este estudo se propôs a avaliar a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional da população Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19. Trata-se de um estudo do tipo transversal, com amostragem não probabilística, que é um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Situação Alimentar na região Norte-fluminense no Contexto da Pandemia de COVID-19”, desenvolvida a partir da parceria entre o Programa Saúde na Escola (PSE) do município de Campos dos Goytacazes e o Núcleo de Estudos em Saúde e Nutrição na Escola (NESANE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) *Campus UFRJ-Macaé*. A coleta dos dados envolveu o envio de um questionário, elaborado via *Google Form*, através da web, via WhatsApp, e-mails e páginas da internet como Instagram, para os residentes dos municípios da região Norte Fluminense. Para alcançar o público-alvo a coordenação do PSE de Campos dos Goytacazes criou um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo as coordenações do PSE de todos os municípios que compõem a região Norte Fluminense. Sendo assim, as coordenações do PSE de cada município ficaram responsáveis por capilarizar e divulgar a pesquisa entre seus municípios. Por meio das respostas ao questionário, esperou-se descrever a insegurança alimentar a partir de indicadores sociais, econômicos de consumo e antropometria. Foram contabilizadas 1397 respostas, em que se observou o aumento de desempregados desde o início da pandemia, o que corrobora para o risco de insegurança alimentar a partir da privação de renda, seja por carência de alimentos ou maior consumo de ultraprocessados. A partir da classificação do Índice de Massa Corpórea (IMC) 63,23% (n=822) da amostra se encontrava com excesso de peso, o que pode ocasionar a insegurança alimentar devido ao grande consumo de alimentos de baixo teor nutricional, principalmente em um período marcado por maior permanência em casa.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Covid-19; Região Norte-fluminense; Saúde Coletiva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	Índice de Massa Corporal
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
NESANE	Núcleo de Estudos em Saúde e Nutrição na Escola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PSE	Programa Saúde na Escola
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentual das características socioeconômicas e demográficas dos participantes da pesquisa	21
Tabela 2: Distribuição percentual da situação profissional, antes e depois da pandemia, dos participantes da pesquisa	23
Tabela 3: Associação entre o estado nutricional dos participantes do estudo com a dificuldade financeira para compra de alimentos.	24
Tabela 4: Escolaridade e presença de desemprego antes e após a pandemia	25
Tabela 5: Escolaridade e cor da pele autorreferida da amostra participante do estudo	25

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	12
2.2	INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	13
2.3	POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GARANTIA DA SAN.....	15
2.4	INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE A PANDEMIA..	16
3.	OBJETIVOS	17
3.1	GERAL	17
3.2	ESPECÍFICOS	17
4.	METODOLOGIA	18
4.1	POPULAÇÃO E DESENHO DO ESTUDO	18
4.2	COLETA DE DADOS.....	18
4.3	VARIÁVEIS DO ESTUDO: INDICADORES DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	19
4.4	AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL	20
4.5	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	20
4.6	ASPECTOS ÉTICOS.....	21
4.7	ANÁLISE ESTATÍSTICA	21
5.	RESULTADOS.....	21
6.	DISCUSSÃO	26
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
8.	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	ANEXO I.....	36
	ANEXO II.....	42

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), gerou impactos diretos e indiretos na população brasileira. Desde a detecção do primeiro caso na China, em dezembro de 2019, o número de casos aumentou rapidamente em todo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a decretar em março de 2020 uma situação de pandemia. Até 09 de outubro de 2020, foram confirmados no mundo 36.361.054 casos de COVID-19 e 1.056.186 mortes (OPAS, 2020). O Brasil, no mesmo período, contabiliza 5.094.979 casos e 150.488 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A inexistência de vacinas e tratamento terapêutico específico para o novo coronavírus reforça que as medidas não farmacológicas, como o distanciamento social, etiqueta respiratória e de higienização das mãos, são consideradas estratégias mais eficientes de enfrentamento a COVID-19 até o momento. O distanciamento social é uma das medidas mais difíceis de se alcançar no Brasil, especialmente entre os indivíduos de mais baixa renda, dada a instabilidade econômica e o tipo de trabalho, além disso, a falta de uma articulação entre os diferentes níveis de governo em prol do isolamento social, onde o próprio Presidente da República alega não acreditar na eficácia desta medida, prejudica a adesão da população (ALPINO et al.,2020).

O plano de contenção social possui maiores dificuldades em um país onde o principal cenário é o de desigualdade social, condições precárias de acesso à água, alimentos e saneamento básico. Sendo assim, é de extrema importância e urgência que as medidas de controle estejam atreladas à garantia dos direitos humanos, e não somente à conjuntura econômica do país (MELLO et al.,2020).

Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, a distribuição destes é desigual e muitos cidadãos não têm acesso à uma alimentação balanceada. Esta situação se agrava em momentos de crise sanitária, social e econômica a que está o país. Nesse âmbito, faz-se necessário discorrer sobre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que promove o entendimento sobre a situação alimentar que vivem os brasileiros (CONSEA, 2004).

De acordo com os membros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), técnicos e pesquisadores de universidades, centros de

pesquisa, órgãos públicos e organizações não-governamentais, o conceito brasileiro de SAN se traduz: (CONSEA, 2004)

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A partir desse conceito, é possível identificar em que nível de insegurança alimentar cada indivíduo se enquadra, a começar por uma preocupação básica em adquirir alimentos até uma situação mais grave da fome. A insegurança alimentar e nutricional, especialmente no contexto de pandemia, se torna mais propensa a acontecer já que afeta a oferta e demanda de alimentos, reduz o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando principalmente a população mais vulnerável (ALPINO et al., 2020).

Devido ao isolamento social, uma pessoa pode, por exemplo, aumentar ou diminuir a ingestão de determinados alimentos e isso pode interferir na segurança alimentar e nutricional. Além disso, é indispensável realizar a associação entre a prevalência de obesidade na população de baixa renda e o nível de insegurança alimentar desta, uma vez que estudos como os de Townsend et al., 2001 e Adams et al., 2003 já evidenciaram excesso de peso em pessoas com insegurança alimentar (GODOY, 2012).

Um dos marcos legais mais importantes da trajetória para efetivação da SAN enquanto direito humano no Brasil, foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que representa o compromisso do Estado, mediante políticas públicas, de garantir o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficiente, produzidos de modo sustentável e permanente para todos os cidadãos brasileiros, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural (CONSEA, 2007).

É interessante salientar que o incentivo à criação de políticas públicas no Brasil advém de uma necessidade do Estado de atenuar os problemas alimentares e nutricionais relacionados à fome e à pobreza, sem a finalidade de interferir no problema da desigualdade social substancial. Tornou-se inconcebível a lógica neoliberal a que tantos governantes recorrem em meio a essa crise exponencial, é dever do Estado garantir a saúde de todos e proteger as populações vulneráveis,

especialmente a população negra, mulheres, idosos, povos e comunidades tradicionais (PADRÃO et al.,2018).

Dessa forma, este estudo se propõe avaliar a situação da insegurança alimentar e nutricional, sob a ótica de diferentes indicadores, da população Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, durante a pandemia do coronavírus. Trata-se de um recorte de um trabalho maior desenvolvido a partir da parceria entre o Programa Saúde na Escola (PSE) do município de Campos dos Goytacazes e o Núcleo de Estudos em Saúde e Nutrição na Escola (NESANE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) *Campus* UFRJ-Macaé.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto a população europeia resistia à ausência de alimentos. Esse termo atende a três pontos importantes: qualidade, quantidade e acesso aos alimentos. Isto quer dizer que, não basta haver uma quantidade exorbitante de alimentos, é preciso que estes estejam em qualidade adequada para o consumo e que sejam acessíveis para a população, especialmente as mais vulneráveis (BELIK, 2003).

O acesso se distingue da disponibilidade a partir de que, embora os alimentos possam estar disponíveis de acordo com as estatísticas internacionais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), as populações pobres podem não ter acesso a eles, devido a conflitos entre países, desvios de alimentos, preços elevados, pobreza entre outros. Ademais, o acesso corresponde à regularidade de refeições realizadas ao longo do dia, isto é, estas devem ser frequentes, sem interferir no gasto com outras despesas pessoais (BELIK, 2003).

No que tange à qualidade dos alimentos, infere-se que não deve haver nenhum risco de contaminação química ou microbiológica, ou seja, as propriedades sensoriais do alimento não devem estar afetadas. Além disso, a qualidade dos alimentos também compreende a dignidade das pessoas que irão consumi-los, uma vez que é necessário haver um ambiente limpo, assim como talheres higienizados no momento de realizar

as refeições, além do respeito à cultura e preferências alimentares. Nesse sentido, entende-se que os produtos transgênicos sejam contrários à vertente de segurança alimentar e nutricional, assim como as rações alimentícias e utilização de agrotóxicos (GODOY, 2012).

O conceito brasileiro de SAN abarca duas dimensões: a alimentar e a nutricional. A dimensão alimentar engloba os processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento), enquanto a dimensão nutricional se refere à escolha, ao preparo e consumo dos alimentos, sua relação com a saúde e a utilização biológica dos mesmos (BURITY et al.,2010).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi uma conquista para os brasileiros, uma vez que institui a obrigação do Estado em fornecer as condições básicas necessárias à concretização da SAN, a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O SISAN envolve os equipamentos públicos como Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos, Restaurantes Populares, programas de alimentação e nutrição como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Alimentação do Trabalhador, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o intuito de promover a SAN (BURITY et al.,2010).

Ademais, a LOSAN (Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006) fortalece o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que através da Emenda Constitucional nº 64, em 2010, tornou esse direito constitucional. A partir da perspectiva do DHAA todo homem, mulher e criança, sozinho ou com outros, deve ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção (ONU, 2006).

2.2. Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

Em nível global, existe um indicador que mede a disponibilidade mundial de alimentos, que, em geral, é transformada em disponibilidade calórica *per capita*. A disponibilidade calórica é obtida a partir da disponibilidade dos alimentos no país, incluindo o que é produzido, importado e exportado, o que vai para ração animal, como também o desperdício estimado. Trata-se de um balanço da disponibilidade, o qual é comparado com o número de possíveis consumidores dos alimentos correspondente à população do país (MORAIS et al.,2014).

No âmbito domiciliar, é importante considerar os gastos da família com a compra de alimentos, uma vez que mensura o quanto da renda familiar é comprometido com a compra de alimentos, o que nos permite não apenas estimar o quanto a família consome, bem como presumir a qualidade da dieta, pelo tipo de compra. No Brasil, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) faz o recolhimento destes dados, e, a partir disso, são definidas faixas de pobreza, nas quais, a renda e os gastos com itens de necessidades básicas são utilizados como pontos de corte, abaixo dos quais estariam os indivíduos ou as famílias socialmente vulneráveis e, portanto, sob risco de insegurança alimentar ou fome (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Outro indicador, comumente utilizado para avaliar a SAN, é a avaliação antropométrica, método importante para avaliar o estado nutricional seja em nível individual com populacional. No entanto, esse indicador deve ser analisado com cautela, uma vez que valores normais de peso, altura ou índice de massa corporal (IMC) podem ser identificados em pessoas que estão vivendo em situação de insegurança alimentar e nutricional (SEGALL-CORRÊA, 2007).

É relevante salientar que um único indicador não pode ser avaliado individualmente uma vez que os indicadores de segurança alimentar são complementares. Quando se estuda apenas a renda familiar, pode-se correr o risco de não se atentar para a possibilidade de que as pessoas podem optar primeiramente por pagar contas e somente depois comprar o alimento. Do mesmo modo que, bom estado nutricional e ausência de fome não são indicadores suficientes de segurança alimentar e nutricional (SEGALL-CORRÊA, 2007; MONTEIRO, 2003).

Tem de se evidenciar o fator racial como indicador de insegurança alimentar e nutricional, já que durante muito tempo as ações e políticas públicas direcionadas à melhoria de condição de vida não contemplaram, de forma específica e efetiva, a população negra. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os domicílios cuja pessoa de referência era da cor preta ou parda registraram prevalências de insegurança alimentar maiores em todas as suas dimensões do que os domicílios com pessoa de referência da cor branca. Entre os domicílios com pessoa de referência preta ou parda, 29,8% estava em situação de insegurança alimentar, enquanto para os brancos a prevalência foi de 14,4% (IBGE, 2013).

Ademais, em um momento de fragilidade como esse, em que muitas pessoas estão em isolamento social, o trabalho doméstico recai todo sobre as mulheres, principalmente sobre as mulheres negras, as quais, em grande parte estão fora do

mercado de trabalho, ou seja, não recebem um auxílio por todo trabalho árduo que realizam (FBSSAN, 2020).

2.3 Políticas e programas de garantia da SAN

A fim de promover a SAN, algumas políticas públicas vêm sendo implementadas, especialmente, a partir de 2003 quando a fome assume protagonismo na agenda política do país. Algumas ações foram mais direcionadas às famílias de baixa renda e em vulnerabilidade, como o programa Bolsa Família, que foi regulamentado em 2004, com o intuito de complementar a renda e reforçar o acesso aos direitos dos cidadãos brasileiros, tais como educação, saúde e assistência social. Para isso, as famílias asseguradas por esse programa recebem uma quantia em dinheiro todo mês diretamente do Governo Federal (BRASIL, 2010).

Todavia, o Brasil já estava em um momento de muitos cortes sociais antes de começar a pandemia, já se denunciava uma fila de espera de 1 milhão de famílias com o perfil de cadastro no Bolsa Família. Além disso, o orçamento do programa foi reduzido de R\$ 32,5 bilhões, em 2019 para 30 bilhões, em 2020. Sendo que, o valor médio repassado em 2019 foi 7% inferior ao valor repassado em 2004 (FBSSAN, 2020).

No início da pandemia, algumas medidas de proteção social foram adotadas pelo Governo Federal, tais como a instituição do Auxílio Emergencial, o qual é direcionado aos trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados. O valor pago de abril a agosto foi de R\$ 600, mas foi instituído o valor de R\$ 300 que será pago de setembro a dezembro, de acordo com a Medida Provisória 1000/2020. Esta medida garante que mulheres em família monoparental recebam duas cotas do valor, e, enquanto o Auxílio Emergencial está em vigência, o Bolsa Família fica suspenso, contanto que o valor seja mais vantajoso. Isto porque, viu-se a necessidade de priorizar as famílias em maior vulnerabilidade social (BRASIL, 2020).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1955 e desde então vem expandindo e oferecendo educação alimentar e alimentação adequada para todos os estudantes de escolas públicas, sendo que uma parte dessa alimentação é obtida através da agricultura familiar fazendo com que haja um desenvolvimento comercial e reconhecimento dos agricultores, e, além disso, os

alimentos são mais frescos e saborosos na mesa dos estudantes que ao serem nutridos de forma correta e balanceada, terão um desenvolvimento cognitivo melhor na sala de aula (PEDRAZA et al.,2018).

Com o isolamento social, as escolas postergaram a volta presencial dos alunos às aulas, e, no caso de escolas públicas, as quais ofereciam refeições aos alunos, deixaram de oferecer tais refeições. Isso é preocupante, já que para muitos desses alunos, o alimento oferecido na escola poderia ser a única refeição do dia. Dessa forma, o Governo Federal instituiu a Lei nº 13.987 que autoriza, durante a suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2020).

As políticas públicas implementadas durante o período de crise sanitária têm o objetivo de proteger a população mais vulnerável, e reforçam a necessidade de dar continuidade aos programas sociais, tais como o PNAE, que garante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No entanto, o novo coronavírus chegou ao Brasil num cenário de crise política, econômica e social, decorrentes de medidas de austeridade econômica, que vem sendo adotadas no país, sendo uma delas a Medida Provisória nº870 (MP 870) de 2019, que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), importante órgão de promoção de políticas públicas, as quais garantem a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil (CASTRO, 2019).

2.4 Insegurança alimentar e nutricional durante a pandemia

A pandemia do coronavírus escancarou a triste realidade da desigualdade social no país. Esse momento de estagnação econômica e muitos cortes sociais afetam diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (FBSSAN, 2020).

Uma das consequências do desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional pelo Governo Federal é a possibilidade de volta do Brasil ao mapa da fome, o que representa um grande retrocesso ao país e a sociedade civil em geral, uma vez que um dos 17 objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), é erradicar a fome (SARAIVA et al.,2020).

Ademais, houve um aumento considerável de desempregados no país, estima-se que essa quantidade alcance entre 40 a 100 milhões de pessoas, além das que já estão em situação de desemprego. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trata-se de uma situação preocupante pois 41,1% da força de trabalho encontra-se na informalidade (FBSSAN, 2020).

O cenário de crescente desemprego expõe a população mais vulnerável ao risco de insegurança alimentar, uma vez que o dinheiro é necessário para compra de alimentos. Por outro lado, o aumento do consumo e disponibilidade de alimentos ultraprocessados também põe a população em risco de insegurança alimentar devido ao maior consumo desses alimentos, contribuindo para obesidade, deficiência de micronutrientes e doenças crônicas não transmissíveis. O Guia Alimentar para a População Brasileira agrupa os alimentos em níveis de processamento: in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados, sendo os últimos mais associados ao risco de doenças (BARBOSA et al.,2020).

Sendo assim, é imprescindível que o Estado priorize dar continuidade às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de caminhar no sentido contrário ao da fome e insegurança alimentar e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada em toda a população do país.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Avaliar a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional da população Norte-fluminense durante a pandemia de Covid-19.

3.2 Específicos

- Descrever o perfil socioeconômico da amostra;
- Estimar a situação social e econômica da população e os principais impactos causados pela pandemia;
- Descrever a insegurança alimentar a partir de indicadores sociais, econômicos de consumo e antropometria;
- Analisar os indicadores a partir de recortes de renda e cor da pele;

- Avaliar a presença nos municípios de ações voltadas para o acesso à alimentação de populações mais vulneráveis.

4. METODOLOGIA

4.1 População e desenho do estudo

Estudo do tipo transversal, com amostragem não probabilística, envolvendo residentes dos municípios da região Norte Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro. Como trata-se de uma amostragem não probabilística não foi realizado cálculo amostral, sendo que a amostra final foi constituída pelo número de pessoas que responderam o questionário. Esse estudo é um recorte de um estudo maior intitulado **“Situação Alimentar na região Norte-fluminense no Contexto da Pandemia de COVID-19”**, que foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *Campus UFRJ-Macaé*.

A região Norte Fluminense é uma das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro formada por nove municípios, sendo eles: Quissamã, Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira. Essa região possui o maior PIB *per capita* do Estado. Em comum esses municípios mantêm a economia regional baseada, direta e indiretamente, na produção de petróleo e gás natural da Bacia de Campos. Pode-se afirmar, que os municípios da região Norte, especialmente Macaé e Campos, enfrentam desafios semelhantes, muito deles associados a indústria do petróleo, como: crescimento acelerado, problemas de planejamento urbano, de infraestrutura de moradia e saneamento básico (PASSOS E BARBOSA, 2019).

4.2 Coleta de dados

Foi formulado um questionário via *Google Form* (Anexo I) com perguntas que abarcam as seguintes questões: sexo, idade, cor da pele, estado civil, dados socioeconômicos, dados antropométricos, percepção pessoal acerca da alimentação no contexto de pandemia e conhecimento sobre ações direcionadas ao público vulnerável. Este questionário ficou disponível para preenchimento entre o período de abril a novembro de 2020, sendo que nele não foi possível a identificação dos

participantes garantindo sigilo quanto sua identidade. A coleta dos dados envolveu o envio do questionário através da web, via WhatsApp, e-mails e páginas da internet como Instagram, para os residentes dos municípios da região.

Para que o questionário chegasse até os munícipes da região Norte-Fluminense a Coordenação do Programa Saúde na Escola (PSE) do município de Campos dos Goytacazes criou um Grupo de Trabalho (GT) que englobou as coordenações do PSE de todos os municípios dessa região. A partir desse GT, foi apresentado a proposta da pesquisa e solicitado apoio as coordenações para a divulgação do questionário entre seus residentes, sendo assim possível capilarizar e divulgar a pesquisa entre os municípios.

O Programa Saúde na Escola (PSE) do município de Campos dos Goytacazes é parceiro do Núcleo de Estudos em Saúde e Nutrição na Escola (NESANE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) *Campus* UFRJ-Macaé, no desenvolvimento desta e outras pesquisas.

4.3 Variáveis do estudo: indicadores de (in)segurança alimentar e nutricional

A partir das variáveis do estudo, foram identificados os indicadores de (in)segurança alimentar e nutricional no contexto da pandemia. Os indicadores analisados foram agrupados em: sociais e econômicos, antropométricos, de consumo e presença de ações voltadas para grupos vulneráveis. Esses indicadores foram analisados a partir de recortes de renda e cor da pele. Para recortes de renda, foram utilizadas variáveis de escolaridade e situação profissional. Para a avaliação das variáveis de escolaridade, estas foram agrupadas do seguinte modo:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduação

O consumo de refeições diárias foi avaliado a partir da frequência de realização destas refeições (café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite) ao longo do dia.

4.4 Avaliação do estado nutricional

Em relação a avaliação do estado nutricional, a partir dos dados autorreferidos de peso e estatura, calculou-se o Índice de Massa Corporal (IMC) sendo a unidade de medida deste indicador Kg/m^2 e o diagnóstico foi realizado com base nos pontos de corte abaixo:

São definidos três pontos de corte para o indicador de IMC (valores de IMC de 18,5, 25,0 e 30,0 kg/m^2) de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), permitindo a seguinte classificação:

- Valores de IMC abaixo de 18,5 kg/m^2 : adultos com baixo peso.
- Valores de IMC maior ou igual a 18,5 kg/m^2 e menor que 25,0 kg/m^2 : adultos com peso adequado (eutrófico).
- Valores de IMC maior ou igual a 25,0 kg/m^2 e menor que 30,0 kg/m^2 : adultos com sobrepeso.
- Valores de IMC maior ou igual a 30,0 kg/m^2 : adultos com obesidade.

Os pontos de corte da classificação do estado nutricional para realizar a associação entre as variáveis “estado nutricional” e “presença de dificuldade financeira para comprar alimentos” foram agrupados em:

- Baixo peso: valores de IMC abaixo de 18,5 kg/m^2 ;
- Eutrofia: valores de IMC maior ou igual a 18,5 kg/m^2 e menor que 25,0 kg/m^2 ;
- Excesso de peso (sobrepeso + obesidade): valores de IMC maior ou igual a 25,0 kg/m^2 .

4.5 Critérios de inclusão e exclusão

A primeira parte do questionário do estudo envolve a descrição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Só é possível preencher e enviar as respostas se o participante marcar a opção “Li e CONCORDO em participar da pesquisa” que vem logo abaixo da descrição do TCLE. Se essa opção não foi marcada não foi possível prosseguir com o questionário. Os critérios de inclusão foram: ser residente de algum município da região Norte Fluminense e possuir mais de 18 anos.

4.6 Aspectos éticos

O estudo maior foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRJ *Campus Macaé* (CAAE: 36962120.4.0000.5699), e somente é permitida a participação no estudo daqueles que concordaram com o TCLE (Anexo II).

4.7 Análise estatística

Realizou-se uma análise descritiva das variáveis estudadas por meio de distribuições de frequências absolutas e relativas. Para verificar a significância das diferenças encontradas nas respostas por categorias foi utilizado o teste estatístico Qui quadrado. O nível de significância estatística utilizado em todas as análises foi de 5%. Os dados foram analisados no software *Statistical Package for the Social Sciences*– SPSS, versão 20.

5. RESULTADOS

Participaram do estudo 1489 pessoas, sendo que dessas, 92 foram excluídas por não residir na região Norte-Fluminense ou por possuir menos de 18 anos, sendo a amostra final composta por 1397 indivíduos. A amostra foi composta, em sua maioria por indivíduos do sexo feminino (83,54%; n=1167), adultos entre 31 e 59 anos (65,86%; n=920), casados (48,96%; n=684), autodeclarados brancos (51,61%; n=721), com Pós-Graduação completa (28,35%; n=396), residentes de domicílios urbanos (89,19%; n=1246). Mais da metade da amostra (69,08%; n=965) foi composta por munícipes de Campos dos Goytacazes (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição percentual das características socioeconômicas e demográficas referente à pesquisa envolvendo os residentes da região Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Abril a novembro de 2020.

Variável	n (1397)	%
Gênero		

Masculino	225	16,11%
Feminino	1167	83,54%
Prefiro não comentar	5	0,36%
Faixa etária		
18 a 30 anos	382	27,34%
31 a 59 anos	920	65,86%
> 60 anos	95	6,80%
Cor/Raça/Etnia		
Amarela	28	2,00%
Branca	721	51,61%
Indígena	5	0,36%
Parda	459	32,86%
Preta	184	13,17%
Estado civil		
Solteiro	530	37,94%
Casado	684	48,96%
Divorciado	158	11,31%
Viúvo	25	1,79%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	58	4,15%
Ensino Fundamental Completo	31	2,22%
Ensino Médio Incompleto	66	4,72%
Ensino Médio Completo	282	20,19%
Ensino Superior Incompleto	253	18,11%
Ensino Superior Completo	243	17,39%
Pós-graduação Incompleta	68	4,87%
Pós-graduação Completa	396	28,35%
Situação do seu domicílio		
Rural	151	10,81%
Urbano	1246	89,19%
Municípios da região		
Quissamã	16	1,15%
Macaé	189	13,53%

Conceição de Macabu	66	4,72%
Carapebus	12	0,86%
São João da Barra	49	3,51%
São Francisco de Itabapoana	15	1,07%
São Fidélis	77	5,51%
Campos dos Goytacazes	965	69,08%
Cardoso Moreira	8	0,57%

Em relação as situações profissionais correspondentes aos períodos anterior e posterior à pandemia, observou-se um aumento de desempregados desde o início da pandemia (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição percentual da situação profissional, antes e depois da pandemia, referente à pesquisa envolvendo os residentes da região Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Abril a novembro de 2020.

Variável	n (1397)	%
Situação profissional anterior à pandemia		
Aposentado	26	1,86%
Autônomo	193	13,82%
Contrato	252	18,04%
Desempregado	265	18,97%
Do lar	11	0,79%
Estagiário	11	0,79%
Estudante	21	1,50%
Servidor Público	548	39,23%
Outros	70	5,01%
Situação profissional desde o início da pandemia		
Aposentado	27	1,93%
Autônomo	142	10,16%
Contrato	218	15,60%
Desempregado	364	26,06%
Do lar	12	0,86%
Estagiário	5	0,36%

Estudante	18	1,29%
Servidor Público	545	39,01%
Outros	66	4,72%

Em relação aos dados obtidos a respeito da dificuldade financeira para comprar alimentos, a maior parte dos entrevistados retrataram não possuir dificuldade (67,29%; n=940). No tocante à análise antropométrica, obtivemos 1300 respostas acerca dos dados referentes ao peso e estatura, logo essa foi a amostra disponível para avaliação do estado nutricional. A partir da classificação do IMC, foi observado que a maior parcela da amostra se encontrava em eutrofia (34,38%; n=447), embora 33,54% (n=436) estavam com sobrepeso e 29,69% (n=386) estavam obesos. Somente 2,38% (n=31) da amostra estudada se encontravam com baixo peso.

Ao analisar a associação entre o estado nutricional e a presença de dificuldade financeira para aquisição de alimentos, percebe-se que essa dificuldade se associou com a presença de excesso de peso ($p < 0,05$).

Tabela 3: Associação entre o estado nutricional dos participantes do estudo na região Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro com a dificuldade financeira para compra de alimentos. Abril a novembro de 2020.

Estado nutricional	Dificuldade financeira em comprar alimentos (%)	p
Baixo peso	2,74%	0,001
Eutrofia	29,10%	
Excesso de peso	68,16%	

Nota: Excesso de peso = sobrepeso mais obesidade; valor de p do teste qui quadrado.

Em relação à análise do consumo de refeições diárias, observou-se que as refeições lanches da manhã e da noite apresentaram maiores respostas para opção “nunca consumo”, representando 47,67% e 38,08%, consecutivamente.

Para recortes de renda, foram utilizadas variáveis de escolaridade e situação profissional. A Tabela 4 retrata que antes e após a pandemia, o nível de escolaridade preponderante entre os participantes do estudo que declararam estar desempregados

foi o ensino médio. O menor nível de desemprego foi observado entre os pós-graduados.

Tabela 4: Escolaridade e presença de desemprego antes e após a pandemia referente à pesquisa envolvendo os residentes da região Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Abril a novembro de 2020.

Escolaridade	Desemprego	
	Antes da pandemia (n=265) (%)	Após a pandemia (n= 364) (%)
Ensino fundamental	15,47%	14,01%
Ensino médio	48,00%	47,80%
Ensino superior	30,19%	31,87%
Pós-graduação	6,04%	6,32%

Quando a amostra foi analisada segundo recorte cor da pele autorreferida e escolaridade, observou-se que a maior parcela de pessoas declaradas pretas possui como maior nível de escolaridade o Ensino Médio completo, o que representa 23,91% da amostra. Ao passo que, a maioria (34,95%) das pessoas autodeclaradas brancas apresenta Pós-graduação completa como nível de escolaridade (Tabela 5).

Tabela 5: Escolaridade e cor da pele autorreferida da amostra participante do estudo envolvendo os residentes da região Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Abril a novembro de 2020.

Escolaridade	Cor da pele			
	Branca		Preta	
	n	%	n	%
Ensino Fundamental Incompleto	18	2,50%	15	8,15%
Ensino Fundamental Completo	11	1,53%	4	2,17%
Ensino Médio Incompleto	17	2,36%	16	8,70%
Ensino Médio Completo	126	17,48%	44	23,91%
Ensino Superior Incompleto	124	17,20%	43	23,37%

Ensino Superior Completo	136	18,86%	26	14,13%
Pós-graduação Completa	252	34,95%	27	14,67%
Pós-graduação Incompleta	37	5,13%	9	4,89%

Em relação às ações realizadas a fim de promover o acesso à alimentação da população mais vulnerável, 55,26% (n=772) responderam que existem ações em seus municípios e/ou bairros, sendo que 60,49% (n=467) das ações estão voltadas à doação de cestas básicas. Já as ações voltadas ao auxílio de produtores e agricultores locais, somente 4,67% (n=68) responderam que existem este auxílio, sendo que 23,53% (n=16) também correspondem à distribuição de cestas básicas a essa população.

6. DISCUSSÃO

A análise da situação de insegurança alimentar e nutricional, a partir da ótica de indicadores socioeconômicos e nutricionais, entre os participantes da presente pesquisa, indicaram: participação expressiva do sexo feminino, maioria adultos com mais de 30 e menos de 60 anos, casados, cor da pele branca, com pós-graduação completa, residentes em domicílios urbanos, e na maioria munícipes de Campos dos Goytacazes. Observou-se aumento de desempregados desde o início da pandemia. Em relação ao estado nutricional foi identificado parcela significativa com excesso de peso, sendo esse associado à dificuldade financeira em adquirir alimentos. Entre os participantes negros, a maioria possuía ensino médio completo e entre os brancos, pós-graduação completa. A principal estratégia relatada em relação a promoção do acesso a alimentação entre os mais vulneráveis foi a doação de cesta básica.

A situação de segurança alimentar no Brasil tem sido avaliada, de forma direta, em pesquisas de cunho nacional como a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD), nas edições de 2003, 2009 e 2013, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), em 2006, e mais recentemente na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), na edição 2017-2018. Essas pesquisas avaliaram a insegurança alimentar por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que por ser validada para a população brasileira, em todos os estratos sociais e localização (urbana e rural), permitem o diagnóstico e a estratificação da gravidade desta situação e o acompanhamento da evolução de suas prevalências (SPERANDIO et al.,2018).

Os dados destas pesquisas demonstram uma queda nos índices de insegurança alimentar, inclusive a moderada e grave, no período de 2004 (34,9%) a 2013 (22,6%), pelas PNAD realizadas, refletindo o avanço alcançado por meio de políticas públicas e ações de enfrentamento à fome e pobreza (SANTOS et al.,2018).

No referido período houve grande investimento em programas de transferência de renda e de produção de alimentos, inclusive com incentivo à agricultura familiar, além de fortalecimento de instrumentos governamentais como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Assim, ampliou-se o acesso aos alimentos e conseqüentemente a redução da insegurança alimentar (VASCONCELLOS et al.,2019).

Já no período de 2013 à 2017-2018, apresentado pela PNAD e POF, respectivamente, verifica-se o incremento da insegurança alimentar, em todos os seus níveis de gravidade, principalmente a moderada e grave. Este retrocesso deve-se à ruptura das políticas, programas, Ministérios e ações institucionais existentes na década anterior, além de cortes orçamentários principalmente nas áreas de saúde e educação, culminado no enfraquecimento do alcance ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (VASCONCELLOS et al.,2019).

A insegurança alimentar no Brasil se distribui de maneira desigual com diferenças intra e interregionais importantes. O país é marcado pela desigualdade social que reflete na determinação da insegurança alimentar a depender da cor da pele, da renda, região de moradia, escolaridade, sempre afetando com maior gravidade os mais vulneráveis (BEZERRA et al.,2017). Com o início da pandemia, espera-se um agravamento do cenário observado pela última POF.

Desde o início da pandemia, tornou-se fundamental a tomada de ações pelo Governo Federal a fim de proteger a população contra a crise econômica e, conseqüentemente o desemprego, como também, promover o acesso à água e à alimentação para a população vulnerável. De acordo com Alpino e colaboradores (2020), a transferência direta de renda é uma medida eficaz também no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que os trabalhadores, especialmente os de cunho informal, autônomo e de serviços, podem ficar em situação de desemprego, o que amplifica as dificuldades no acesso à alimentação e possibilidade de insegurança alimentar e nutricional. Da mesma forma, os agricultores familiares podem ter seus meios de subsistência modificados, tal qual a produção e a

disponibilidade de alimentos em decorrência da intermissão das cadeias e mercados agroalimentares.

No período de março a maio de 2020, o Governo Federal instituiu ações para atenuar os efeitos da pandemia que poderiam afetar a Segurança Alimentar e Nutricional, tal como a Renda Básica Emergencial (Lei no 13.982, de 2 de abril de 2020), a qual assegurava uma renda emergencial para os mais vulneráveis. Outra medida tomada foi a adequação das normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a continuidade do programa durante o período de pandemia (Lei no 13.987, de 7 de abril de 2020), além da antecipação do repasse financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios (ALPINO et al., 2020; FBSSAN, 2020).

Ademais, foi instituída a distribuição de cestas básicas e kits alimentação para grupos populacionais específicos, assim como foi dado aporte financeiro para pequenas e médias empresas brasileiras, com o propósito de garantir a manutenção dos salários dos trabalhadores. No âmbito da agricultura familiar, o Governo Federal instaurou a criação de canal de WhatsApp para a comunicação de perdas na agricultura em função da COVID-19 (Disque Perdas de Alimentos), a elaboração de recomendações de boas práticas em feiras livres, em adição à abertura de crédito extraordinário de R\$ 500 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Medida Provisória no 957, de 24 de abril de 2020) (ALPINO et al., 2020).

Diante disso, o aumento de desempregados na população estudada, desde o início da pandemia, possui implicações diretas na Segurança Alimentar e Nutricional da população, posto que sem fonte de renda, conseqüentemente há prejuízo no acesso físico e econômico aos alimentos. Vale reforçar que a crise econômica anterior à pandemia de Covid-19 já havia causado o aumento de trabalhadores informais, bem como a diminuição do vínculo empregatício devido ao crescimento da adoção de medidas de austeridade fiscal, que se intensificou na pandemia. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inferem que em julho de 2019, mais de 38 milhões (41,3%) de trabalhadores atuavam no mercado de trabalho informal (ALPINO et al., 2020).

O presente estudo demonstrou que a maioria das ações realizadas e reconhecidas pelos entrevistados foi a doação de cestas básicas à população vulnerável. Cabe considerar que, embora o documento do Fórum Brasileiro de

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) tenha sugerido a expansão dos programas e políticas públicas para aumentar a renda familiar e viabilizar o acesso à alimentação, sabe-se que isso não tem acontecido devido à má conduta do Governo Federal frente aos cortes orçamentários. Em 2020, o Programa Bolsa Família teve verba prevista de R\$29,5 bilhões, abaixo dos R\$32 bilhões destinados ao programa em 2019. Além disso, antes de ser extinto, o auxílio emergencial foi popularmente conhecido como “coronavoucher” evidenciando um caráter depreciativo pelo Estado ao direito de renda emergencial à população vulnerável (ALPINO et al.,2020).

Outro retrocedimento ocorrido durante a pandemia foi a remoção da garantia do direito à alimentação escolar de estudantes da rede pública do Estado do Rio de Janeiro pelo Governo Federal. Tal ação viola o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) a partir de que escancara milhares de famílias à vulnerabilidade social, fome e insegurança alimentar e ratifica o desmonte de políticas públicas pelo Governo Bolsonaro (FBSSAN, 2020).

Em relação à análise do desemprego e o nível de escolaridade, foi observado que entre os desempregados a maioria possuía ensino médio. Esse resultado é importante, já que propôs a maior situação de desemprego entre as pessoas com menor escolaridade, além disso, as variáveis baixa escolaridade e baixa renda comumente são associadas a piores condições e qualidade de vida. Sendo assim, ressalta-se a importância da melhoria de escolaridade da população e consequentemente redução do desemprego (GODOY, 2012).

Acerca da classificação do estado nutricional dos indivíduos, verificou-se elevada prevalência de sobrepeso e obesidade, sobretudo se forem contabilizados em conjunto. Conforme Michael Maia Schlüssel (2013), o Brasil está em um estágio mais avançado na transição nutricional, com maiores prevalências de obesidade do que de baixo peso, o que se assemelha às características observadas na população Norte-fluminense estudada.

Apesar de a maior parte dos entrevistados não ter dificuldade financeira para comprar alimentos, confirmou-se, por meio da associação entre a dificuldade financeira para comprar alimentos e a classificação do estado nutricional, que os indivíduos que possuíam dificuldade financeira foram classificados nas faixas de sobrepeso e obesidade. Este não é um dado contraditório, já que existem estudos que avaliam a prevalência de sobrepeso e obesidade em famílias de baixa renda, fato que está relacionado à Insegurança Alimentar e Nutricional não somente pela dificuldade

de acesso aos alimentos saudáveis, mas também pelo grande consumo de alimentos de baixo teor nutricional (CONSEA, 2010).

Contextualizando à realidade brasileira, houve uma mudança nos hábitos alimentares da população, na qual o consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados cresceu em detrimento dos alimentos em sua forma natural. Um estudo recente da Universidade de São Paulo (USP) demonstrou que uma alimentação muito rica em alimentos ultraprocessados corrobora para o maior risco de ganho de peso, independentemente das calorias ingeridas. Isso evidenciou que o consumo de tais alimentos é um fator de risco para a obesidade (DERAM, 2018, p.45).

A literatura fornece diversos contextos nos quais a insegurança alimentar promove um padrão alimentar desalinhado, tal qual o consumo limitado de alimentos e a substituição destes quando a renda é reduzida. Além disso, em casos de recursos adequados, pode haver o consumo em excesso por compulsão, levando ao aumento de adiposidade (PARKE et al.,2006).

A partir da análise entre escolaridade e cor de pele autorreferida, a maioria das pessoas declaradas pretas possui o Ensino Médio como maior nível de escolaridade. Foi visto que menor escolaridade é um dos fatores de risco para o desemprego e conseqüentemente para a situação de fome, insegurança alimentar e vulnerabilidade social dessa população. De acordo com pesquisa do IBGE (2004), que utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), 11,5% da população negra vivia em situação de insegurança alimentar grave, o que, entre os brancos corresponde a 4,1%. Enquanto a população que vivia em domicílios com garantia de acesso aos alimentos em termos qualitativos e quantitativos era 71,9% de brancos e 47,7% de negros. É imprescindível a adoção e não violação de políticas e programas que reduzam as grandes desigualdades entre pessoas negras e brancas, e que promovam o acesso à alimentação adequada, sem comprometer os gastos com outras necessidades básicas, especialmente durante uma crise sanitária e econômica (HOMERO et al.,2011).

A insegurança alimentar e nutricional representa uma violação de direito humano, que torna a população vulnerável a situações e condições de vida não dignas, especialmente no contexto atual de pandemia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a maioria dos participantes do estudo era residente do município de Campos dos Goytacazes, cujo PIB per capita é o maior entre os demais municípios da região Norte-fluminense, os resultados poderiam ser diferentes dos encontrados no presente estudo, caso as respostas fossem distribuídas entre os residentes dos demais municípios, os quais possuem menores PIB per capita.

Algumas variáveis não foram associadas no presente estudo tais como os dados autorreferidos de cor da pele com a presença de dificuldade financeira para compra de alimentos, o que seria importante a fim de salientar o risco de insegurança alimentar que cada cor/raça/etnia está submetida.

Além disso, o formato online do questionário, devido à paralização das atividades pela pandemia da Covid-19, dificultou as possíveis respostas de indivíduos que não possuem ou possuem menor acesso à internet e aos dispositivos digitais, por exemplo os idosos e populações mais vulneráveis.

Para finalizar, o estudo contou com uma amostra significativa e com respostas que promoveram discussões pertinentes ao contexto da Segurança Alimentar e Nutricional na população norte-fluminense, sendo importante a realização de mais estudos que avaliem a situação alimentar nessa região.

8. CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou resultados significativos em relação à situação de Segurança Alimentar e Nutricional da população Norte-fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Dentre eles, o aumento do desemprego desde o início da pandemia de Covid-19, o que corrobora para o risco de insegurança alimentar a partir da privação de renda, seja por carência de alimentos, como também pelo consumo excessivo de ultraprocessados. Em adição, diversos programas e políticas públicas direcionadas à população vulnerável sofreram cortes orçamentários pelo Governo Federal, o que dificulta o atingimento do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Foi observado um número importante de indivíduos classificados com excesso de peso na amostra, salientando a transição nutricional da população e o risco de insegurança alimentar devido a uma combinação de fatores, tais como o grande consumo de alimentos de baixo teor nutricional, a redução do gasto, principalmente em um período marcado por isolamento social e permanência em casa, em que as pessoas ficaram menos ativas.

Dessa forma, esta pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas efetivas que atuem no entendimento das características da população brasileira e sua relação direta e indireta com a Segurança Alimentar e Nutricional a fim de promover igualdade e equidade no direito à alimentação.

REFERÊNCIAS

- ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2020.
- BARBOSA, Lanay Dias *et al.* **Disponibilidade domiciliar de alimentos a partir da nova classificação de alimentos e (in)segurança alimentar.** Ciência e Saúde Coletiva, Tocantins, 8 jul. 2020. Disponível em: <www.scielo.org/article/csc/2020.v25n7/2701-2709/>.
- BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Saúde e Sociedade, Campinas - SP, v. 12, p. 12-20, 1 jun. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- BEZERRA, Thaíze Alves *et al.* **Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos.** Ciênc. saúde coletiva., v.22, n.2, p.637-651, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. **Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).** Diário Oficial da União 2020.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Manual Programa Restaurante Popular - Brasília, 2004.
- BRASIL. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. **Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: resultados de avaliações – N.14.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**, Volume 1 - Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.** Brasília, 2011.
- BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.
- CASTRO, Inês Rugani Ribeiro. **A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição.** Cadernos de Saúde Pública, Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.**

Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, novembro de 2010.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: Gráfica e Editora Positiva, 2004. 80 p.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Documento base – III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2007.

DERAM, Sophie. **O peso das dietas. Emagreça de forma sustentável dizendo não às dietas.** Editora Sextante. 2018, pág.45.

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus.** Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, 26 de março de 2020.

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Organizações convocam para assinatura de carta em defesa do direito à alimentação de estudantes.** Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2020.

GODOY, Kátia Cruz. **Insegurança alimentar e estado nutricional nos restaurantes populares do Brasil: paradoxo e convergência?** Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HOMERO, Maria Noelci *et al.* **População Negra e Insegurança Alimentar.** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17 nov. 2011. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2011/populacao-negra-e-inseguranca-alimentar>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios: análise da segurança alimentar no Brasil.** IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MELLO, Guilherme *et al.* **A coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo.** Brasil, 2020. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf>.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil.** Estudos Avançados 2003; 17(48):7-20.

MORAIS, Dayane de Castro *et al.* **Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2014, vol.19, n.5, pp.1475-1488.

ONU – Organização das Nações Unidas. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos. **Comentário geral n. 12 dispõe**

sobre o Direito Humano à Alimentação (art. 11). ONU, 1999. Disponível em: <www.pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf>.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 12/10/2020.

PADRÃO, Susana *et al.* **Restaurante popular: a política social em questão**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2018.

PARKE E. Wilde *et al.* **Individual Weight Change Is Associated with Household Food Security Status**. The Journal of Nutrition, Volume 136, Issue 5, May 2006, Pages 1395–1400. Disponível em: <www.doi.org/10.1093/jn/136.5.1395>.

PASSOS E. *et al.* **Saúde em Macaé: cenário pré e pós crise e seus determinantes para a sociedade**. Macaé, do Caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

PEDRAZA, Dixis Figueroa *et al.* **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro. v. 23, n. 5, p.1551-1560, 2018.

SARAIVA, Alessandra *et al.* **IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador**. Jornal Valor Econômico, Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Disponível em: <www.valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>

SCHLUSSEL, Michael Maia *et al.* **Insegurança alimentar e excesso de peso/obesidade entre mulheres e crianças brasileiras: uma abordagem para o curso da vida**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2013, vol.29, n.2, pp.219-226.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. **Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas**. *Estudos Avançados* 2007; 21(60):143-154.

SANTOS, Taíse Gama *et al.* **Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Cad. Saúde Pública*. v.34, n.4, 2018.

SPERANDIO, Naiara *et al.* **Escalas de percepção da insegurança alimentar validadas: a experiência dos países da América Latina e Caribe**. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.23, n.2, p.449-462, 2018.

VASCONCELOS, Francisco Guedes *et al.* **Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer**. *Revista de Nutrição* v.32, 2019.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Situação Alimentar na região Norte-fluminense no Contexto da Pandemia de COVID-19

Esse questionário tem o intuito de analisar os impactos da pandemia pela Covid-19 nos hábitos alimentares da população Norte-Fluminense. Sua participação é muito importante para que possamos identificar as principais mudanças de hábitos alimentares vivenciadas no momento atual. Os dados são sigilosos e serão usados para traçar estratégias para enfrentamento da situação observada e para fins de pesquisa científica. Sua participação é voluntária e se efetivará a partir da resposta ao questionário a seguir. Se depois de consentir em participar, você desistir de continuar participando, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. O risco em participar será mínimo, relacionado apenas ao possível desconforto em responder o questionário e os benefícios estão envolvidos com a contribuição científica para a construção de estratégias de reconhecimento dos impactos que a COVID-19 trouxe para os hábitos alimentares da população.

O questionário deve ser respondido somente por maiores de 18 anos e residentes dos municípios da região Norte-Fluminense (Quissamã, Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira). Nos ajude a divulgá-lo junto a seus conhecidos.

Havendo necessidade, entre em contato conosco pelo e-mail: nesane.net@gmail.com.

Li o termo de consentimento livre e esclarecido na descrição e:

- Li e CONCORDO em participar da pesquisa
- Li e NÃO concordo em participar da pesquisa

Dados pessoais:

1.Sexo

Feminino Masculino Prefere não informar

2.Idade em anos completos _____

3. Cor/Raça/Etnia

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Prefere não informar

4. Estado civil

() Solteiro(a) () Casado(a) ou em coabitação () Divorciado(a) () Viúvo(a) () Prefere não informar

Moradia/Trabalho/Socioeconômico

1. Município _____

2. Situação do seu domicílio

() Urbano () Rural

3. Escolaridade

() analfabeto () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto () ensino superior completo () pós graduação incompleto () pós graduação completo

4. Qual a sua situação profissional **anterior** a pandemia:

Servidor público () Profissional autônomo () Contrato/prestador de serviço/terceirizado () desempregado () Outros _____

5. Qual a sua situação profissional desde o **início** da pandemia:

Sou servidor público () Profissional autônomo () Contrato/prestador de serviço/terceirizado () desempregado () Outros _____

6. Onde você trabalha?

() Secretaria de educação () Secretaria de Saúde () Escola () Serviço de Saúde () Assistência Social () Outros _____

Qual a sua profissão? _____

7. Além de você, neste momento, mais quantas pessoas residem com você?

8. Quem são as pessoas que, antes da pandemia, residiam com você? (pode marcar mais de uma opção)

() Moro sozinho () Pais () Cônjuge () Filhos () Amigos

9. Quem são as pessoas que, neste momento, residem com você? (pode marcar mais de uma opção)

() Moro sozinho () Pais () Cônjuge () Filhos () Amigos

10. Você está tendo alguma dificuldade financeira para comprar alimentos?
() Sim () Não

Percepção pessoal acerca da alimentação no contexto de pandemia:

1. Neste contexto de pandemia, seus hábitos alimentares:

() Melhoraram

() Pioraram

() Não se modificaram

2. Você tem adotado alguma(s) da(s) estratégia(s) abaixo para planejamento da alimentação?

2.1 Uso de lista de compras () Sim () Não

2.2 Elaboração de cardápio () Sim () Não

2.3 Observação da data de validade dos alimentos () Sim () Não

2.4 Buscado receitas de preparações diferentes na internet ou outros meios () Sim () Não

2.5 Buscado mais serviços de entregas de alimentos de mercados/mercearias/hortifruti? ()
Sim () Não

3. Durante o isolamento social você tem cozinhado com mais frequência?

() Sim () Não

4. Quais itens você alterou o consumo durante o isolamento social?

4.1 Leite e derivados () aumentou () reduziu () não mudou

4.2 Feijão () aumentou () reduziu () não mudou

4.3 Frutas () aumentou () reduziu () não mudou

4.4 Suco natural da fruta () aumentou () reduziu () não mudou

4.5 Carnes ou peixes () aumentou () reduziu () não mudou

4.6 Legumes e verduras () aumentou () reduziu () não mudou

4.7 Água () aumentou () reduziu () não mudou

4.8 Refrigerante / guaraná natural/ suco e mate industrializados (caixinha, em pó, garrafa ou lata)

() aumentou () reduziu () não mudou

4.9 Arroz e macarrão () aumentou () reduziu () não mudou

4.10 Pães () aumentou () reduziu () não mudou

4.11 Biscoitos () aumentou () reduziu () não mudou

4.12 Doces e sobremesas () aumentou () reduziu () não mudou

4.13 Lanches de rua (salgadinhos, pizza, sanduíches) () aumentou () reduziu () não mudou

4.14 Refeições prontas (tipo marmitex ou delivery) () aumentou () reduziu () não mudou

4.15 Alimentos prontos para consumo (lasanha, nuggets congelados)

() aumentou () reduziu () não mudou

4.16 Café () aumentou () reduziu () não mudou

4.17 Bebida alcoólica () aumentou () reduziu () não mudou

5. O (A) Sr. (a) tem se sentido mais ansioso(a)?

a) Sim

b) Não

6. Se sim, isso influenciou seu consumo alimentar?

a) Não influenciou meu consumo

b) Sim, fez meu consumo aumentar

c) Sim, fez meu consumo reduzir

7. Em média, com que frequência o (a) Sr. (a) está fazendo as seguintes refeições:

7.1 Café da manhã

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

7.2 Lanche da manhã

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

7.3 Almoço

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

7.4 Lanche da tarde

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

7.5 Jantar

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

7.6 Lanche da noite

() Todos os dias () 5-6 vezes/semana () 3-4 vezes/semana () 1-2 vezes/semana ()
Nunca

8. Ao comprar seus alimentos você está dando preferência para aqueles que são de produção local e mercearias do bairro?

() Nunca () Raramente () Muitas vezes () Sempre

9. Você passou a fazer refeições sentado(a) à mesa?

() Sim () Não () Às vezes () Sempre realizei as refeições sentado(a) à mesa

10. Você está procurando realizar as refeições com calma?

() Sim () Não () Às vezes () Sempre realizei as refeições com calma

11. Você passou a participar do preparo dos alimentos na sua casa?

() Sim () Não () Às vezes () Sempre participei do preparo dos alimentos na minha casa

12. Você passou a ter o hábito de “beliscar” no intervalo entre as refeições?

Sim Não Às vezes Sempre belisquei no intervalo entre as refeições

13. O (A) Sr. (a) sabe seu peso? (*mesmo que seja valor aproximado*)

1. Sim, qual? _____ kg 2. Não sabe

14. O (A) Sr. (a) sabe sua altura? (*mesmo que seja valor aproximado*)

1. Sim, qual? _____ cm 2. Não sabe

15. O(A) Sr. (a) sabe se no seu município ou no seu bairro está sendo feita alguma ação para ajudar o acesso a alimentação da população mais vulnerável? (ex. doação de cesta básica, doação de comida, transferência de renda, etc).

Sim Desconheço Não está sendo feita ações

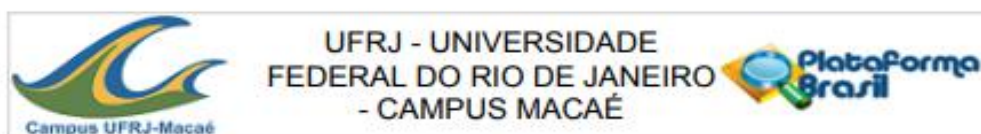
Se sim, qual? _____

16. O(A) Sr. (a) sabe se no seu município ou no seu bairro está sendo feita alguma ação para ajudar os produtores ou agricultores locais?

Sim Desconheço Não está sendo feita ações

Se sim, qual? _____

ANEXO II

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Análise da Situação Alimentar da População Norte-Fluminense durante a Pandemia da COVID-19

Pesquisador: [REDACTED]

Versão: 2

CAAE: 36962120.4.0000.5699

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus Macaé

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 095071/2020

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Análise da Situação Alimentar da População Norte-Fluminense durante a Pandemia da COVID-19 que tem como pesquisador responsável Naiara Sperandio, foi recebido para análise ética no CEP UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Macaé em 25/08/2020 às 20:53.